



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CÁSSIO HENRIQUE RODRIGUES ALVES

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS
NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**

**PALMAS – TO
2025**

CÁSSIO HENRIQUE RODRIGUES ALVES

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS
NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Palmas, como exigência à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Antônio Lopes Toledo.

PALMAS – TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

A474a Alves, Cássio Henrique Rodrigues
 Análise da política pública de inclusão de estudantes autistas no
 Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas / Cássio Henrique
 Rodrigues Alves. – Palmas, TO, 2025.
 61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.

Orientador: Me. Luiz Antônio Lopes Toledo

1. Autismo. 2. Política Pública. 3. Inclusão. I. Toledo, Luiz Antônio
Lopes. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).**

CÁSSIO HENRIQUE RODRIGUES ALVES

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS
NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**

Trabalho de conclusão do curso
apresentado à coordenação do Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública
do Campus Palmas, como exigência à
obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Pública.

Aprovado em: 17/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Luiz Antônio Lopes Toledo
Instituto Federal do Tocantins

Prof^a. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão
Instituto Federal do Tocantins

Prof^a. Esp. Priscila Studart Coelho
Diretoria do Povos Originários e Tradicionais do Tocantins

PALMAS – TO
2025

Dedico este trabalho inicialmente a Deus, que me deu forças para me manter firme, sem desistir nos momentos mais difíceis, durante toda essa trajetória na qual aprendi muito. Aos meus pais, que sempre me deram energia positiva para continuar minha jornada, sem eles nada disso seria possível. Ao meu Orientador e Amigo, Luiz Toledo, pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive cabisbaixo, querendo desistir. Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Senhor Nosso Deus, por me abençoar com saúde, fé e força para superar as adversidades e me manter firme todos os dias de minha jornada. Agradeço a Ele, pelo fim de mais uma etapa de minha vida e pelo início de uma nova jornada para que possa concretizar meus sonhos e os da família.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e apoio incondicional. Agradeço a minha mãe, Joana, que me deu todo apoio e incentivo nas horas difíceis, sempre com bom humor e aquele jeito único que só ela tem. Ao meu pai, Mário Henrique, meu maior exemplo e orgulho, que sempre me motivou a tentar ser um homem melhor, e espero estar sendo um exemplo para a família. Ao meu Irmão, Carlos Miguel, meu futuro advogado ou veterinário, que espero ser um grande exemplo para nós e que já nos dias atuais, com a pouca idade que tem, já esboça ser uma pessoa com muita sabedoria.

Em memória de meus parentes e amigos, especialmente a Tia Maria, Vó Pretinha e José Márcio que já partiram desta vida, aproveito também para agradecê-los, estejam onde estiverem.

Ao meu ilustre orientador e amigo, Luiz Toledo, um exemplo de instrutor, ao qual não me arrependo em nenhum momento de convidá-lo para nortear esta pesquisa e assim deixarmos nossa contribuição a esta instituição.

Ao Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, pela oportunidade de fazer o curso, disponibilizar conteúdo de qualidade através dos professores e demais participantes do processo de ensino.

Agradeço a todos os colegas, amigos e professores que me proporcionaram orgulhosamente esta graduação, os quais sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Muito Obrigado!

RESUMO

Com o avanço da ciência e da medicina, o mundo passou a buscar soluções cada vez mais práticas e assertivas no intuito de incluir mais pessoas à vida social. Muitos são os desafios da escola pública para lidar com os portadores do espectro autista sem que estes se sintam excluídos do ambiente escolar. Assim, é preciso criar uma política dentro da instituição de ensino para incluir estes estudantes. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma metodologia de pesquisa científica básica, qualitativa, descritiva e de campo, estudando-se as principais legislações sobre o tema, analisando-se documentos e realizando entrevistas e questionários. Os resultados mostraram que o número de casos diagnosticados passaram de sete para treze em um ano de pesquisa, representando um aumento de quase 90%. As legislações sobre o tema são muitas, mas a principal é a lei n. 12.764/12 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista. No IFTO - Campus Palmas existe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), criado pela Portaria nº 292/2008/GAB/Campus Palmas, responsável pelo acompanhamento e apoio educacional. A instituição está trabalhando para aperfeiçoar seus métodos para de fato contribuir para a inclusão dos estudantes com TEA.

Palavras-chave: Autismo. Política Pública. Inclusão. Estudantes.

ABSTRACT

Considering the advancement of science and medicine, the world has begun to seek increasingly practical and effective solutions aimed at including more people in social life. There are many challenges faced by public schools in dealing with individuals on the autism spectrum without making them feel excluded from the school environment. Therefore, it is necessary to create a policy within the educational institution to include these students. The present research aimed to analyze the public policy for the inclusion of autistic students at IFTO – Palmas Campus. To achieve this objective, a basic scientific research methodology was adopted, which is qualitative, descriptive, and field-based, studying the main legislation on the subject, analyzing documents, and conducting interviews and questionnaires. The results showed that the number of diagnosed cases increased from seven to thirteen in one year of research, representing an increase of almost 90%. There are many legislations on the topic, but the main one is Law No. 12.764/12, which established the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder. At IFTO - Palmas Campus, there is a Support Center for People with Specific Needs (Napne), created by Ordinance No. 292/2008/GAB/Campus Palmas, responsible for monitoring and educational support. The institution is working to improve its methods to actually contribute to the inclusion of students with ASD.

Keywords: Autism. Public Policy. Inclusion. Students.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDM	<i>The Autism and Developmental Disabilities Monitoring</i>
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CDC	Centro de Controle de Doenças e Prevenção
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
PIPFEM	Programa de Incentivo à Participação Feminina na Pesquisa
OMS	Organização Mundial de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo de leis nacionais -----	19
Quadro 2 - Resumo de convenções internacionais -----	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Justificativa	12
1.2	Problema	13
1.3	Objetivos	13
1.3.1	Objetivo Geral.....	13
1.3.2	Objetivos Específicos	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Autismo	14
2.1.1	Tratamentos.....	16
2.1.2	Números.....	17
2.2	Legislações	18
2.3	Metodologias Ambientais de Atendimento aos Autistas	20
2.4	Tecnologias e Equipamentos Utilizados	22
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	24
3.1	Caracterização Da Pesquisa	24
3.1.1	Natureza	24
3.1.2	Objeto de estudo	24
3.1.3	Abordagem	24
3.1.4	Fonte de coleta.....	25
3.1.5	Técnicas de coleta	25
3.2	Passos Metodológicos	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1	O Campus Palmas do IFTO.....	28
4.2	Legislações	32
4.3	O olhar da Gestão do Campus Palmas	33
4.4	O olhar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE.....	35

4.5	O olhar dos professores	36
4.6	Considerações finais sobre os dados apresentados e discutidos	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICES	50

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, apresentado pelo discente do curso de Gestão Pública, do Instituto Federal do Tocantins – IFTO, Campus Palmas, tem como foco externar o papel da escola no acolhimento e cuidado ao estudante autista na educação pública.

Pretendeu-se estudar o IFTO – Campus Palmas, visando compreender a situação local em relação aos parâmetros necessários para a efetiva inclusão do aluno no universo estudantil.

O autismo, que é percebido como um transtorno que compromete a capacidade de comunicação e interação social, tem se tornado atualmente mais comum em nossa sociedade que nas décadas anteriores, sendo cada dia mais natural conhecermos e interagirmos com crianças, adolescentes e adultos portadores deste espectro.

Um dos motivos deste aumento de naturalização dos casos pode estar relacionado ao desenvolvimento de pesquisas específicas na área e ao avanço da medicina na investigação dos sintomas.

Para além do diagnóstico, é preciso que o ambiente escolar esteja adaptado para receber as crianças e adolescentes com esta condição, pois a escola é um espaço pré-político de diálogo e formação humana, que precisa garantir a todos os conhecimentos necessários para uma vida digna. Desta forma, para que seja confirmado o direito e a dignidade das pessoas autistas, é preciso existir espaços que possibilitem a didática e a percepção sensorial adequada aos alunos.

Outro ponto importante é o fato que o tratamento precisa ser iniciado o quanto antes, proporcionando ao indivíduo uma melhor adaptação aos obstáculos que poderão ocorrer na vida social e acadêmica.

Neste íterim, foi analisada a situação dos estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas, verificando se a instituição estava preparada para receber estudantes com essa condição, bem como a identificação das áreas mais afetadas quando o aluno interage com o ambiente, de forma a demonstrar quais as características mínimas necessárias para que o instituto pudesse receber estes estudantes de forma mais proativa.

1.1 Justificativa

Com o avanço da ciência e da medicina, o mundo passou a buscar soluções cada vez mais práticas e assertivas no intuito de incluir mais pessoas à vida social. Nesse contexto, os mais de dois milhões de autistas no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, precisam de atenção e cuidado especial, para que haja a real inclusão na sociedade (GENIAL CARE, 2022).

Essas garantias, além de estarem implicitamente incluídas no arcabouço social, estão explicitamente descritas na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme Artigo 3º:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde...

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

Assim, as instituições de ensino precisam estar preparadas para receber estes estudantes de forma a garantir qualidade no aprendizado e melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na vida social.

Nesse contexto, a adoção de soluções inovadoras e que se mostrem eficazes na inclusão dessas pessoas se faz necessária, sendo importante disseminá-las entre as instituições de ensino. Desta forma, este estudo se justifica pela necessidade de identificar casos de escolas inclusivas e compará-los com as práticas adotadas no IFTO – Campus Palmas, a fim de mostrar as principais metodologias ambientais de inclusão e as necessidades de melhorias na instituição.

1.2 Problema

Muitos são os desafios da escola pública para lidar com os portadores do espectro autista sem que estes se sintam excluídos do ambiente escolar. Será que nossas escolas estão preparadas para lidar com os casos diagnosticados e com os casos ainda não identificados? A escola poderia participar da diagnose? Uma escola não preparada pode comprometer o desenvolvimento intelectual destes estudantes? É possível preparar uma escola para participar ativamente do desenvolvimento e adaptação social destes?

Como a escola pública brasileira pode se preparar para lidar de forma proativa com os estudantes autistas? O IFTO – Campus Palmas está preparado para lidar com estudantes nesta condição?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Enunciar a legislação específica sobre o tema no Brasil;
- Enumerar os casos em acompanhamento no IFTO – Campus Palmas;
- Examinar a estrutura física do IFTO – Campus Palmas (espaços, móveis, tecnologias) para receber e integrar alunos autistas;
- Averiguar o capital intelectual (capacitação dos profissionais envolvidos) para lidar com portadores deste espectro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Autismo

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, pode ser definido como um distúrbio de neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, sendo geralmente identificado na fase da infância (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Em 1943, o médico Leo Kanner, da Áustria, iniciou os estudos para identificar o que era o até então desconhecido Autismo. No ano seguinte, Hans Asperger, médico norte americano, também dedicou tempo para estudar o espectro (MELLO *et. al*, 2013). Nestes estudos, foi identificado que as características que se assemelhavam entre a população clínica eram na área de comunicação, interação social e comportamental.

Atualmente, segundo a Rede D'or (2022), os principais sinais que podem indicar o autismo são:

Dificuldade em manter contato visual; manter-se mais isolado e sem interagir com outras crianças; dificuldade em fazer novos amigos; fazer movimentos repetitivos sem motivos aparentes; interesse muito intenso em determinados assunto (hiperfoco) e desinteresse total por outras coisas; ficar muito afetado ou aborrecido por mudanças na rotina e em seu dia a dia; não falar ou repetir frases em momentos inadequados; uso de linguagem repetitiva; dificuldades de imaginação; irritabilidade; insônia; falta de atenção; hiperatividade; sensibilidade sensorial (sente dificuldade em ficar lugares com muito barulho, por exemplo).

Considerando os vários sinais e características, é imprescindível entender que o TEA afeta os indivíduos em diferentes intensidades, de forma que estes podem ser classificados em níveis, conforme expõe a NeuroSaber (2022):

- a) Autismo Leve;
- b) Autismo Moderado;
- c) Autismo Severo.

Na intensidade leve, considerada mais branda, tem como característica, pequenas falhas ao manter diálogos com outras pessoas, mesmo conseguindo falar frases completas e se envolver na conversação; outra característica é a dificuldade

em formar amizades, distanciar-se de rotinas e planejamentos e, inflexibilidade de comportamentos (NEUROSABER, 2022).

Já na intensidade moderada, a pessoa só consegue desenvolver diálogos com frases simples, sendo que há mais interesse em assuntos específicos e linguagem não-verbal; outro traço de personalidade é a inflexibilidade no comportamento e resistência a mudanças, além de movimentos repetitivos frequentes (NEUROSABER, 2022).

Por fim, no autismo severo, os autistas possuem graves *déficits* na comunicação verbal e não verbal, com conversações com pouca interação e abordagens incomuns, podendo em alguns casos este não falar; comportamentos restritos e repetitivos e, grande dificuldade para mudar o foco e as ações (NEUROSABER, 2022).

No livro, “Mundo Singular: entenda o autismo”, a autora descreve de forma bem didática os níveis do TEA, comparando com o lançamento de uma pedra em um lago:

Quando jogamos uma pedrinha em um lago de água parada, ela gera várias pequenas ondas que formam camadas, mais próximas e mais distantes do ponto no qual a pedra caiu. O espectro autista é assim, possui várias camadas, mais ou menos próximas do autismo clássico (grave), que poderia ser considerado o centro das ondas, o ponto onde a pedra atingiu a água. Esse espectro pode se manifestar nas pessoas de diversas formas, mas elas terão alguns traços similares, afinal todas as ondulações derivam do mesmo ponto. (SILVA, 2012, p. 63)

Uma das formas de tornar o convívio mais habitual é realizar o diagnóstico ainda na infância e que o tratamento se inicie o quanto antes, sendo que este precisa ser executado por uma equipe multidisciplinar (Neuropsicólogo, analista do comportamento, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicomotricista), com intuito de desenvolver as áreas cognitivas mais sensíveis afetadas em cada pessoa, garantindo uma melhor qualidade de vida e independência.

Um fator relevante e que dificulta o diagnóstico é o custo dos exames clínicos. Existe disputas judiciais entre famílias e planos de saúde para definir se os exames estão inclusos no rol de obrigações da operadoras de planos.

Em 2016, foi fundada a TISMOO, uma empresa de biotecnologia especialista em diagnóstico de TEA. A empresa fornece três exames que podem auxiliar no diagnóstico. O primeiro, T-Array®, é um teste genético pós-natal que identifica alterações do número de cópias no genoma, e custa R\$ 3.998,00. O segundo é o T-Exom®, que é um exame genético que sequencia o exoma, custando R\$ 5.290. E por fim o T-Gen®, que analisa os dados obtidos a partir do sequenciamento completo dos

3 bilhões de pares de bases (“letras”) do genoma do indivíduo, com posterior identificação de alterações genéticas associadas ao transtorno do espectro do autismo e/ou síndromes relacionadas por uma equipe transdisciplinar de especialistas, com valor de R\$ 18.497,00 (TISMOO, 2023).

No ano de 2027, a Classificação Internacional de Doenças Mentais – ONU – CID-11 passará a ter vigência plena no Brasil, alterando a forma de classificação em níveis ocorrida atualmente. Assim, o TEA estará incluído no código 6A02, e as subdivisões passam a estar relacionadas com a presença ou não de Deficiência Intelectual e/ou comprometimento da linguagem funcional (INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL, 2025).

2.1.1 Tratamentos

O Autismo possui diversos métodos de tratamento, de acordo com o nível de necessidade. Assim, podemos elencar algumas metodologias já testadas e que obtiveram êxito:

2.1.1.1 Equoterapia

A terapia é baseada em técnicas com cavalo, sendo que as atividades são desenvolvidas com foco na educação e reabilitação dos pacientes. Importante notar que o animal foi escolhido por sua inteligência e boa memória, tornando o tratamento mais individual, pois este tem a capacidade de memorizar pessoas, objetos, lugares e acontecimentos (SILVA; LIMA; SALLES, 2018).

Dentre os vários benefícios deste método, o Portal Tua Saúde (2022) destaca os seguintes:

Desenvolvimento do afeto, devido ao contato da pessoa com o cavalo; Estimulação da sensibilidade tátil, visual e auditiva; Melhora da postura e do equilíbrio; Aumenta a autoestima e a autoconfiança, promovendo a sensação de bem-estar; Melhora o tônus muscular; Melhora na postura; Permite o desenvolvimento da coordenação motora e percepção dos movimentos.

2.1.1.2 *Tratamento e educação para crianças com autismo e com distúrbios correlatos da comunicação – TEACCH*

O método foi desenvolvido por Eric Schoppler, médico do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, e visa o desenvolvimento individual, através da avaliação do paciente chamada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado), que elenca os pontos fortes e *déficits* de cada um.

Mello (2007) enfatiza que o ambiente deve ser preparado para que as atividades desenvolvidas tenham elementos visuais e palpáveis, como: agendas, quadros, painéis; e que exista padrões de trabalho, para que haja adaptação e compreensão da criança, e assim ela possa desenvolver independência.

2.1.1.3 *Applied Behavior Analysis - ABA*

A Análise do Comportamento Aplicada, em tradução para o português, consiste uso de técnicas que ampliem a capacidade cognitiva, motora, de linguagem e de integração social, reduzindo práticas de repetição e esforços negativos que causam danos ou interferem no processo de aprendizagem, aperfeiçoando habilidades como ler, conversar e interagir com os demais indivíduos (NEURO CONECTA, 2020).

Autora e pesquisadora do Departamento de Filosofia e Teologia do Caldwell College, Mary Beth Walsh (2011) expõe que:

“Nós, pais de crianças com autismo, temos que trabalhar mais para garantir que nossos filhos aprendam tudo o que puderem, alcancem seu potencial, e quando confiamos na ABA para medir o progresso e orientar o ensino, sabemos que estamos fazendo toda a diferença que podemos”.

2.1.2 **Números**

Os dados quantitativos sobre autismo no Brasil e no mundo ainda são incertos. Por se tratar de um transtorno que depende da busca da família pelo sistema de saúde para fins de diagnóstico e demais tratativas, ocorre que muitas pessoas não o fazem, gerando assim dados que não refletem a realidade.

Entretanto, a Organização Mundial de Saúde – OMS, em estudos recentes, apontou que o Brasil possui dois milhões de autistas, o que representa 1% da

população do país. Este dado será visualizado melhor quando da divulgação do novo censo do IBGE, que devido à pandemia da COVID-19 foi adiado, sendo realizado em 2022-2023, sendo incluso no seu bojo perguntas sobre autismo, para cumprir os dispostos na Lei Nº 13.861, de 18 de Julho de 2019, Art.17, parágrafo único: “Os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, em consonância com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012”.

Segundo o Centro de Controle de Doenças e Prevenção – CDC, localizado nos Estados Unidos, a presença do TEA entre as crianças norte americanas é de 1 em 36 no ano de 2020 (REVISTA GALILEU, 2023). A série histórica, que é comparada com o ano de 2018, mostrou que houve um crescimento de 22%, já que na estudo anterior havia 1 em 44 crianças com TEA. Os diagnósticos nos Estados Unidos são avançados se comparados aos do Brasil, pois naquele país existe uma rede de monitoramento do autismo chamada *ADDM – The Autism and Developmental Disabilities Monitoring*, fundada em 2000 com intuito de aperfeiçoar as políticas de inclusão de autistas na sociedade (PAIVA JR., 2019).

2.2 Legislações

O trato jurídico dado ao autismo, assim como para os outros tipos de transtornos, é recente, sendo que as leis anteriores tratavam de forma mais abrangente todas as deficiências, sem adentrar nas nuances de cada uma, gerando problemas para os tratamentos específicos.

Só no ano de 1993, com a Lei nº 8.742, foram citados diretamente os portadores de TEA, qualificando famílias a receberem o Benefício da Prestação Continuada (BPC), se a renda mensal per capita da família fosse inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.

Para elucidação dos vários momentos legislativos, segue quadro que demonstra as principais leis nacionais que, direta ou indiretamente, tratam do assunto e possibilitam uma melhor inclusão dos autistas no contexto social, para que assim se cumpra o Artigo 5º da constituição federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Quadro 1 – Resumo de leis nacionais

LEGISLAÇÕES NACIONAIS	
Leis	Disposições
Lei 7.853/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei n. 8.069/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei n. 8.213/1991	Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
Lei n. 8.742/1993	A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.
Lei n. 8.899/1994	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Lei 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei n. 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei n. 10.216/2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SEEP/ 2008	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
Lei n. 7.611/2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Lei n. 12.764 /2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei n. 13.146 / 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei n. 13.370/2016	Estende o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos.
Lei n. 13.977 / 2020	Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) e estabelece que os estabelecimentos públicos e privados poderão valer-se da “fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista
Lei n. 2.867/2023	Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Município de Palmas

Fonte: Portal Autismo de Santa Catarina

O Brasil é signatário de várias convenções internacionais de tratam da garantia e promoção dos direitos humanos. Assim, o quadro abaixo expõe algumas destas, que fundamentam, em complemento a legislação brasileira, a base para a política de amparo ao autista.

Quadro 2 – Resumo de convenções internacionais

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	
Convenções	Disposições
Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2011)	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das Pessoas com Deficiência. Esta publicação, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, inclui a íntegra da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, que aprova o texto da Convenção, e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção e seu Protocolo Facultativo, e ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada (2008)	O propósito da Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.
Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001)	Declaração aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá.
Convenção da Organização dos Estados Americanos de Guatemala (1999)	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos na sessão realizada em 26 de maio de 1999 na Guatemala.
Declaração de Salamanca – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994)	Declaração redigida na ocasião da Conferência Mundial de Educação Especial, que reuniu 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994.

Fonte: Portal Autismo de Santa Catarina

2.3 Metodologias ambientais de atendimento aos autistas

A recepção dos estudantes autistas na escola requer bastante cuidado, para que estes não sejam prejudicados pela exposição a determinadas características do ambiente comumente utilizado pelos demais estudantes. Assim, não existe um método formal para alfabetização, mas existem orientações para melhoramento do índice de aproveitamento de cada aluno.

Os ambientes exigem algumas características específicas para que os autistas se sintam integrados de forma positiva, pois a percepção dos sentidos, como audição, visão e sensação do seu entorno, são, a depender do nível do TEA, sensíveis ao espaço em que se encontram.

De acordo com Elali (1997), além da análise de aspectos estéticos/construtivos/funcionais do ambiente, é preciso priorizar espaços que se

preocupam com a percepção/satisfação dos usuários, de forma que intervenções em termos de paisagem propiciem a elaboração de propostas mais focadas no indivíduo e/ou no social.

Estes aspectos precisam ser pensados para que o autista tenha o direito de se locomover, de forma que possa experimentar novas experiências, se tornando cada vez mais independente. Desta forma, além dos aspectos legais a serem seguidos, é preciso que a acessibilidade e praticidade sejam vistas como imprescindíveis para que os estudantes não sofram estresses no ambiente escolar (ANTUNES, 2007).

Existem várias características importantes para os ambientes, porém três delas são indispensáveis para o espaço escolar: acústica, luminosidade e locais de fuga.

A acústica, considerando que muitos autistas possuem hipersensibilidade, é importante, porque estimula um melhor comportamento e maior capacidade de concentração, já que evita a exposição a ruídos ou reverberação do som. Um exemplo simples citado por Beaver (2011) é a utilização de carpetes, que podem reduzir o impacto das pessoas caminhando, e ajudar na absorção de sons.

Já a luminosidade é fundamental, pois precisar estar dosada entre o artificial e o natural, proporcionando ao autista a sensação suave de ar livre, sendo que o uso de diversificadas fontes de luz, não apenas no teto, pode ajudar no desempenho. Para algumas pessoas que possuem autismo, a intensidade da luz é um fator de grande importância na percepção sensorial, sendo indicado que não seja muito fria e nem muito quente, dura ou artificial, brilhante ou fraca, e nem mesmo muito natural; a iluminação precisa ter equilíbrio (BROWNLEE, 2016).

Por fim, os locais de fuga são espaços para momentos de estresse, quando o estudante sentir vontade de ficar sozinho, tendo em vista essa ser uma característica presente em muitos autistas. Vergara *et al* (2018) explana que estes ambientes devem ser pequenos e acolhedores, já que se destinam a dar sensação de segurança, possibilitando a realização das atividades interativas de forma mais positiva. Outro fator importante é que o local não deve ter grandes estímulos visuais e auditivos, podendo apenas possuir elementos que ajudem no repouso.

Estas características se incorporam ao ambiente, sendo importantes para que o aluno seja o centro do processo de ensino-aprendizagem. Assim, existem várias formas de transmitir conhecimento aos adolescentes autistas, sendo três que merecem destaque: aprendizagem cooperativa, aprendizagem baseada em problemas e sala de aula invertida; essas três são consideradas metodologias ativas.

Na aprendizagem cooperativa os estudantes são estimulados a trabalhar em grupo para alcançar os objetivos determinados, facilitando a cooperação, liderança, responsabilidade e comunicação. Já a aprendizagem baseada em problemas traz problemas reais para que a teoria e prática sejam utilizadas a fim de resolvê-lo, desenvolvendo as áreas cognitivas de pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisão e colaboração. A sala de aula invertida instrui o aluno a estudar os conteúdos previamente determinados em casa para que na sala de aula ocorra a discussão dos conhecimentos adquiridos, gerando assim autonomia, colaboração e pensamento crítico (GENIAL CARE, 2023).

2.4 Tecnologias e equipamentos utilizados

No processo de ensino-aprendizagem para estudantes com espectro autista, a utilização de materiais didáticos adaptados é de extrema importância. Tal fato acontece porque muitos autistas sentem dificuldade em aprender pelos métodos tradicionais de ensino. Assim, os materiais didáticos precisam sofrer adaptações de acordo com a necessidade individual.

A *Smart School* (2023) cita a utilização de computadores, *tablets*, desenhos interativos e jogos lúdicos para estimular as capacidades cognitivas. Os benefícios desses estímulos são variados, mas podemos expor alguns: favorecem o processo de alfabetização; estimulam a fala; despertam a atenção e a concentração; motivam à participação e a integração social; fornecem suporte para a realização de tarefas diárias; promovem o entendimento do funcionamento do ambiente ao redor; propiciam a expressão de emoções.

Alguns aplicativos contribuem para o desenvolvimento dos estudantes, tais como: ABC Autismo, Aiello e Scai Autismo.

O método do ABC possui quatro níveis. Os três primeiros trabalham a coordenação motora da criança por meio de objetos e discriminação de elementos. O quarto nível trabalha atividades alfabetizadoras, pautadas no letramento, como o reconhecimento de vogais, a composição de palavras e sequenciamento de números (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

Já o Aiello, criado por um brasileiro, busca ensinar vocabulário para crianças autistas pela compreensão do significado das palavras e sua grafia, interligando-os à

leitura. Segundo Cunha (2015) o jogo é bastante simples, possui um personagem que recebe uma tarefa de ligar uma palavra a uma figura.

O Scai Autismo é um Sistema de Comunicação por Áudio e Imagens para Autistas, que de maneira simples auxilia a interação de autistas e outras pessoas que possuem dificuldade de comunicação. O aplicativo está disponível na loja de aplicativos Google Play Store®, sendo ofertado em português, inglês, espanhol, italiano e francês, com download gratuito (PROTAGONISMO DIGITAL, 2023).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo indica o caminho para alcançar os objetivos do trabalho, de forma clara e testável.

Para Ciribelli (2003), metodologia pode ser definida como um composto de fases e ferramentas que o pesquisador utiliza para direcionar seu trabalho com parâmetros científicos para obter dados que sejam confiáveis.

3.1 Caracterização Da Pesquisa

3.1.1 Natureza

No que se refere à natureza da pesquisa, esta é definida como científica básica, ou seja, gera conhecimentos novos sobre determinado assunto, contribuindo para o avanço da ciência, mesmo que tais informações sejam de curta duração e específicas para o caso estudado.

3.1.2 Objeto de estudo

Quanto ao objeto de estudo, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, que para Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesta égide, Prodanov e Freitas (2013) sustentam que esse tipo de pesquisa objetiva analisar e observar dados sem intervenção por parte do pesquisador.

3.1.3 Abordagem

Em relação à abordagem, pode ser definida como qualitativa, pois se baseia na interpretação de fenômenos, que por vezes podem ser indutivos, com foco na análise da singularidade do sujeito estudado.

Fernandes (2009) expõe que nesta abordagem ocorre uma relação entre o objetivo e os resultados que não devem ser orientados através de números. Assim,

este tipo de metodologia é bastante utilizada em estudos de natureza social e cultural com análise de episódios complexos e específicos.

3.1.4 Fonte de coleta

Quanto à fonte de coleta de dados a pesquisa é de campo, que se embasa na coleta de fenômenos que ocorrem na realidade a ser estudada. Para Gonçalves (2001) a busca de informações na pesquisa de campo ocorre diretamente com a população pesquisada, exigindo que o pesquisador se desloque ao local onde ocorre o fenômeno para reunir os dados.

3.1.5 Técnicas de coleta

Para se alcançar os dados, foram utilizadas técnicas como: entrevistas, questionários e registros por meio de fotos. Assim, as fontes são variadas, considerando a natureza do estudo, que demanda origens diversas para que se possam alcançar dados consistentes.

A técnica de coleta por meio de entrevista busca respostas novas e imprevistas para um contexto específico. Caracteriza-se por perguntas abertas, com expectativa de explorar a raciocínio interpretativo e indutivo do entrevistado. Assim, os dados são coletados com profundidade, buscando as minúcias dos fenômenos. Outro fator relevante é a espontaneidade de significados, ações e comportamentos, que valoram a perspectiva dos participantes e, ao mesmo tempo, favorecem a criação de suposições do pesquisador e o papel central da interpretação sistemática nos resultados obtidos (TURATO, 2003).

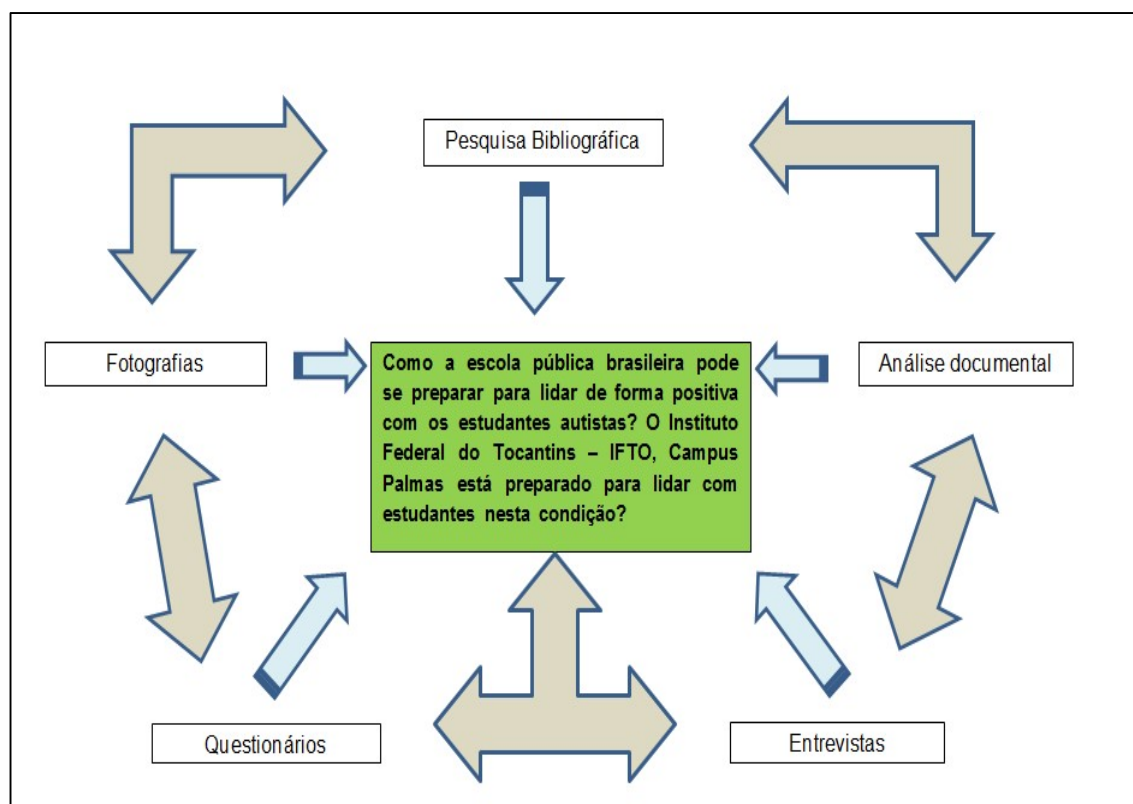
No que se refere aos questionários, estes são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador. Para Gil (1999, p.128) é uma:

Técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O registro por meio de fotos traz uma visão das instalações do Instituto. Para Vergara (2006, p. 93) “a descrição de determinadas situações por meio de imagens é considerada mais profunda do que por meio de palavras. Imagens podem provocar lembranças e reflexões que acabariam se perdendo”.

3.2 Passos Metodológicos

Figura 1 - Passo a Passo do procedimento metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor

PASSO 1 - Pesquisa bibliográfica: para fins de atualização de legislação, considerando o vasto arcabouço jurídico brasileiro, foram utilizadas como base as informações contidas no site: autismo.fcee.sc.gov.br/autismo/leis-e-direitos/ que traz um apanhado de leis no âmbito estadual (Santa Catarina), nacional e internacional. Nessa seara, também são estudados métodos que se mostrem promissores, que estejam além da legislação.

PASSO 2 - Análise documental: com os dados legais, foi possível avaliar se o IFTO – Campus Palmas atende aos parâmetros mínimos exigidos e se busca métodos inovadores para atender satisfatoriamente aos estudantes.

PASSO 3 – Entrevista: utilizando-se da ferramenta de entrevista estruturada, em que são feitas perguntas já definidas anteriormente e que precisam ser aplicadas igualmente a todos entrevistados, a gestão do IFTO – Campus Palmas foi indagada, por meio físico e digital (*e-mail*), sobre a adoção da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista e as demais providências da instituição para a inclusão destes alunos no campus, conforme Apêndice A deste trabalho.

PASSO 4 – Questionário: foram aplicados questionários aos profissionais envolvidos no acompanhamento de estudantes com espectro autista (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE) e aos professores do ensino médio que ministram disciplinas do núcleo básico e que estavam diretamente envolvidos com alunos autistas, com o intuito de trazer a percepção de como a instituição estava em relação à política nacional de inclusão a autistas na rede de ensino (Apêndice B e C).

PASSO 5 - Registro por meio de fotos: dos ambientes dos equipamentos para a recepção dos estudantes.

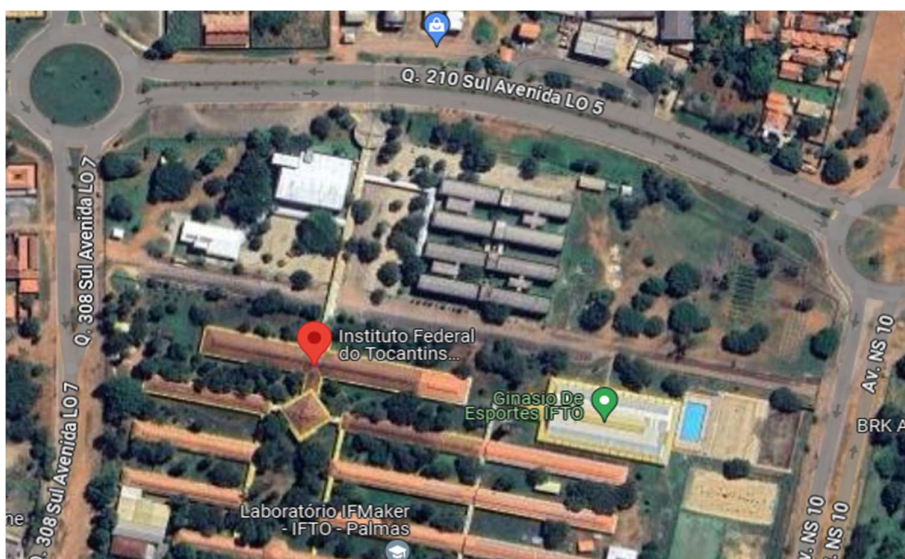
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo os dados coletados são apresentados, analisados e discutidos, com propósito de alcançar os objetivos definidos inicialmente nesta pesquisa, de analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas.

4.1 O Campus Palmas do IFTO

Inaugurado em abril de 2003, ainda denominado Escola Técnica Federal de Palmas, o Campus Palmas está localizado na Quadra 310 Sul, Avenida LO 05, s/n, Plano Diretor Sul. Em 2008, foi aprovada a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins -IFTO, vinculado ao Ministério da Educação, possuindo natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Imagem 1 - Visão aérea IFTO - Campus Palmas



Fonte: Google Maps

Imagem 2 - Vista entrada do IFTO - Campus Palmas



Fonte: G1 Tocantins

O Estatuto da instituição, aprovado pela Resolução n.º 60/2018/CONSUP/IFTO, de 25 de setembro de 2018, expõe no Art. 3º que:

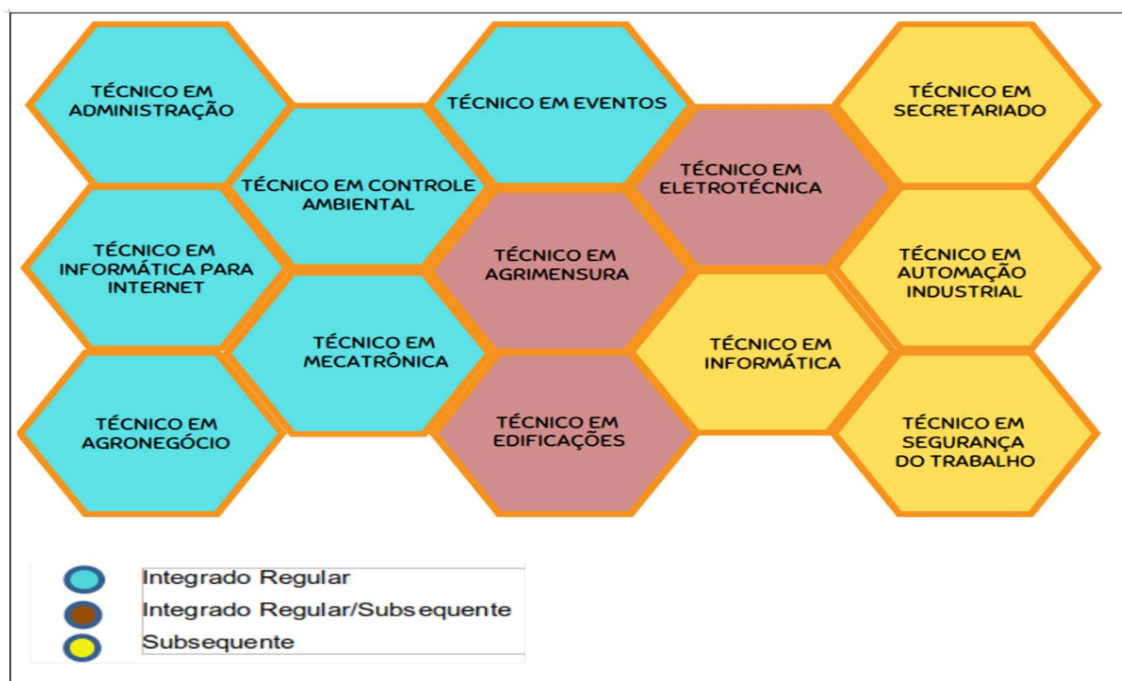
Art. 3º O IFTO, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e
- V - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Atualmente são ofertados dezesseis cursos técnicos, sendo nove no nível técnico integrado ao ensino médio e sete no nível subsequente; dezesseis cursos de graduação sendo sete tecnológicos, cinco licenciaturas e quatro bacharelados; três pós-graduações *Lato Sensu* e duas *Stricto Sensu*; dois na modalidade Proeja; cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho; além de desenvolver diversas atividades de extensão e pesquisa.

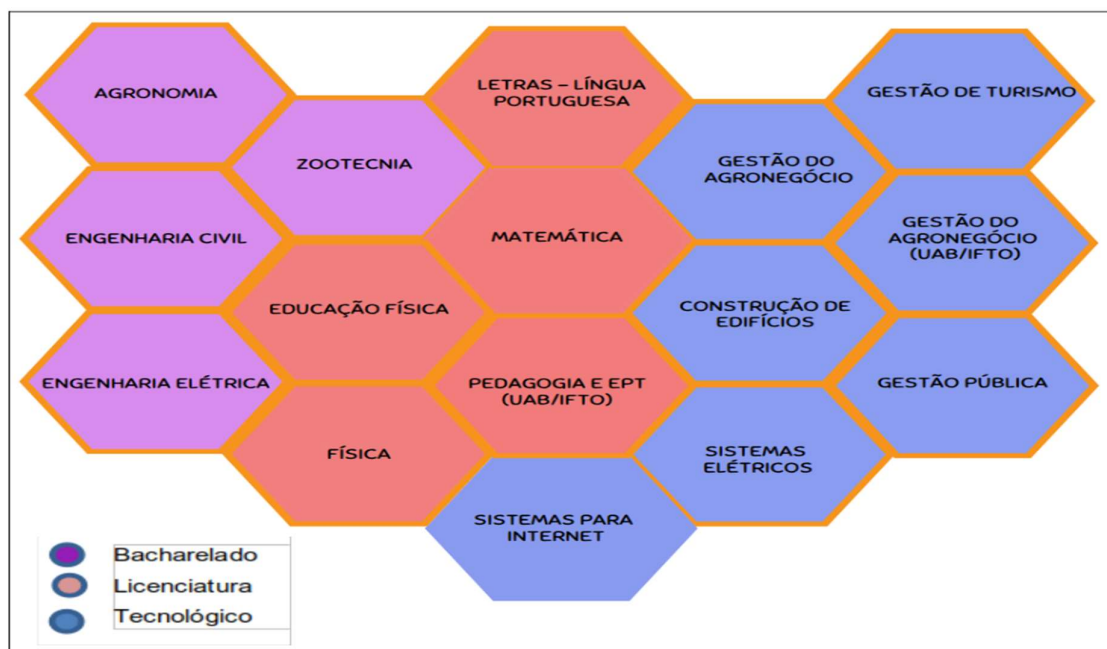
O *campus* possui 3372 estudantes, divididos entre todas as modalidades de cursos ofertados, conforme será exposto na Figura 1, página 29. Também conta com uma equipe composta por 244 professores e 103 técnicos administrativos.

Imagem 3 - Cursos Técnicos



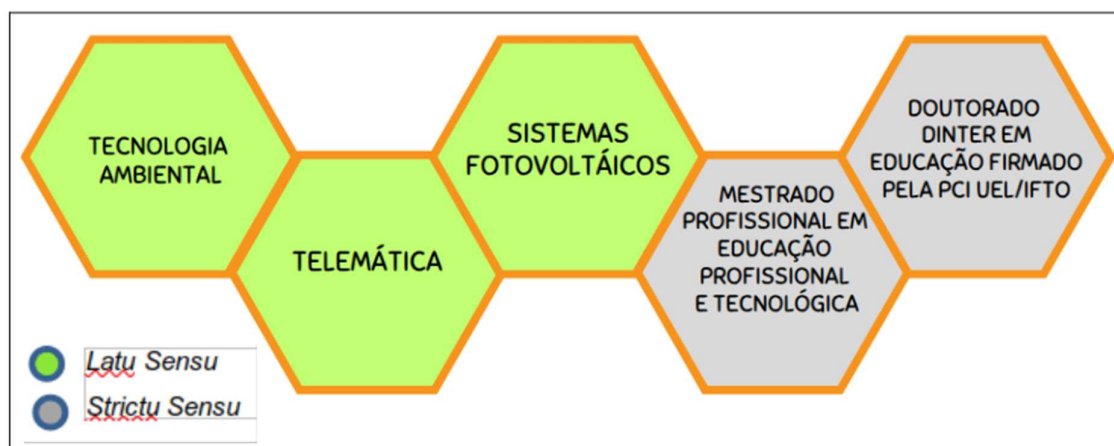
Fonte: Elaborado pelo autor

Imagem 4 - Graduações



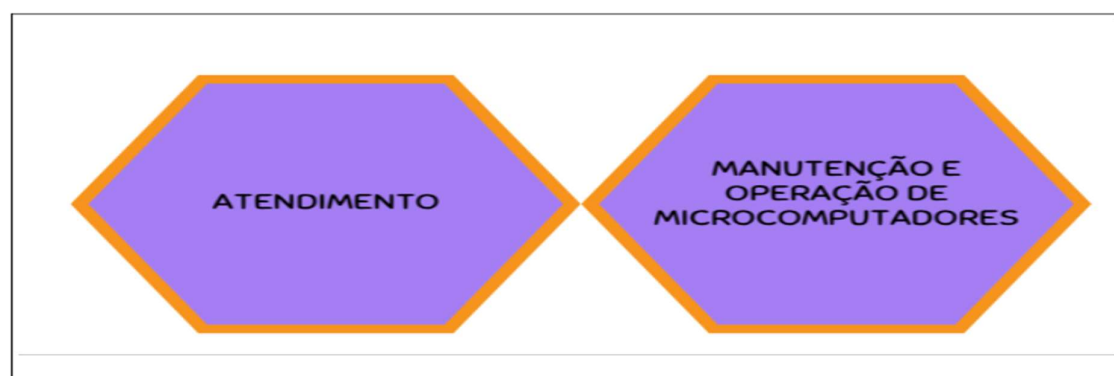
Fonte: Elaborado pelo autor

Imagem 5 - Pós-graduações



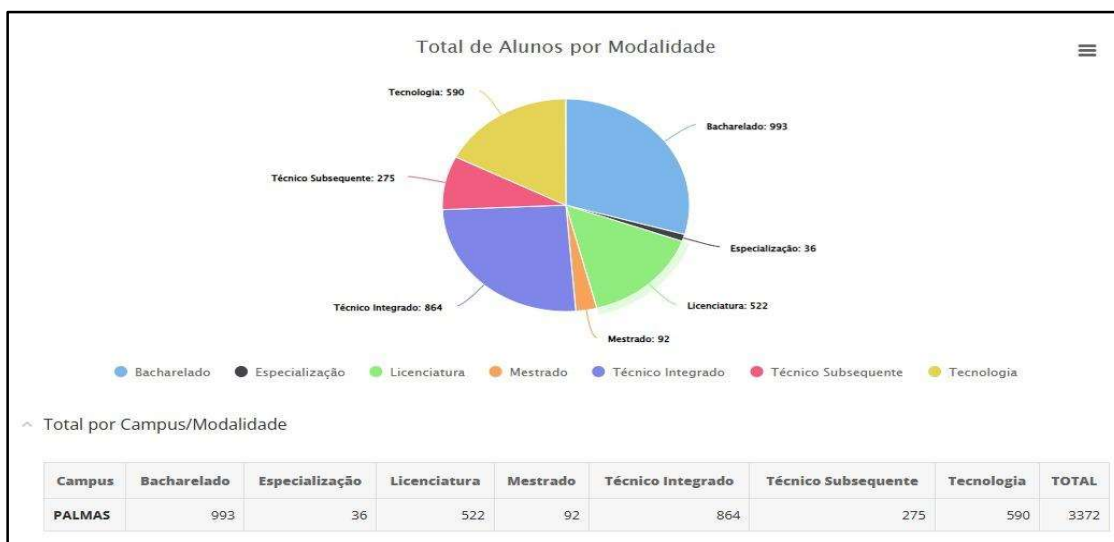
Fonte: Elaborado pelo autor

Imagem 6 - Cursos integrados ao EJA/PROEJA



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 1 – Total de Alunos IFTO Campus Palmas



Fonte: SEAC IFTO Palmas

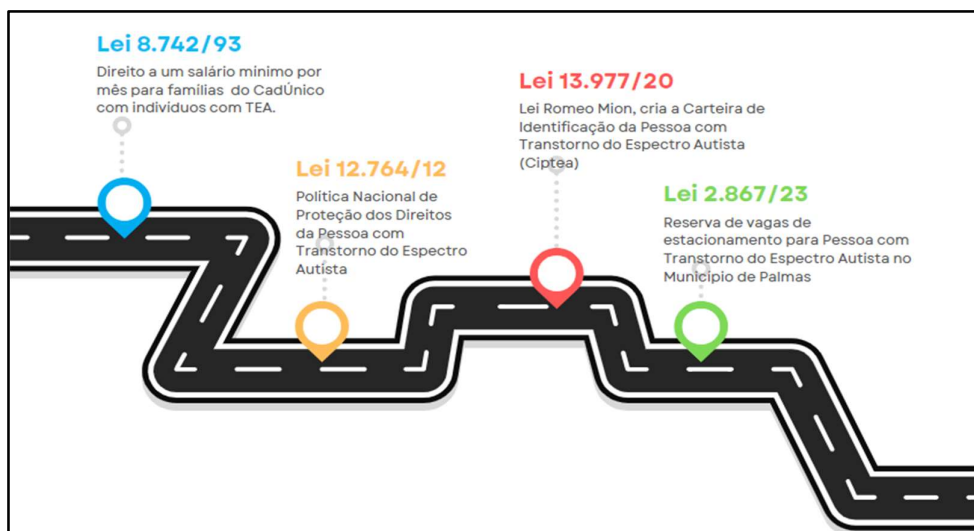
4.2 Legislações

Para além do que impõe o Artigo 5º da constituição federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, é preciso garantir a inclusão de fato, e não apenas de direito, de todos.

Assim, a luta pelos direitos dos autistas vem de décadas, sendo várias conquistas alcançadas ao decorrer do tempo. Um marco importante que podemos destacar é a escolha, no ano de 2007, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, para assim levar informação à população reduzindo a discriminação e o preconceito contra os indivíduos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Cabe destacar que são vários marcos legais que tratam sobre a temática, que vão desde apoio financeiro às famílias carentes de indivíduos com TEA, passando por políticas de proteção aos seus direitos, como por exemplo a carteira de identificação da pessoa autista e a reserva de vagas em estacionamento no município de Palmas – TO, conforme imagem a seguir:

Imagem 7 - Principais Legislações



Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 O olhar da Gestão do Campus Palmas

Imagem 8 - Símbolo Mundial de Conscientização do Autismo



Fonte: Secom Governo Federal

A entrevista constante no apêndice A deste estudo foi enviada à direção do Campus Palmas no 2º semestre de 2023 e respondida no 1º Semestre de 2024, por meio da diretora do Campus.

Segundo a direção, a adoção no Campus Palmas das diretrizes básicas da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ocorre no que concerne à educação, mesmo havendo algumas limitações.

Dentre as várias diretrizes da Lei, estão em andamento a implementação no Campus Palmas das constantes no Art. 2º:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

A avaliação e acompanhamento da implementação das diretrizes é realizada pelo NAPNE.

No semestre 2024/1 foram identificados 09 (nove) estudantes matriculados com laudos de Transtorno do Espectro Autista. Com esta informação, a equipe de

profissionais de Atendimento Educacional Especializado – AEE do NAPNE, realiza atendimento no período matutino para três estudantes do Ensino Médio Integrado do curso de Informática para Internet do 3º ano e para um estudante do curso superior em Engenharia Elétrica.

Já no período noturno, há acompanhamento de um estudante cursando licenciatura em Matemática, sendo que estão sendo tomadas as medidas para prover acompanhamento ao estudante do Proeja.

Tais acompanhamentos *in loco* ocorrem para cumprir o que dispõe o Artigo 3º Parágrafo único da lei nº 12.764: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

Entretanto, o instituto não realiza mobilizações para instigar os alunos a utilizarem a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), que visa garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Os recursos financeiros para subsidiar a política de inclusão estão contemplados no orçamento do campus, sendo que as adaptações na estrutura física do instituto são contínuas, para que os estudantes autistas que demandem atendimento especial sejam de fato acolhidos. Importante frisar as limitações orçamentárias, que podem tornar o processo de preparo das salas de aula morosos. Assim, atualmente, o foco é no apoio aos profissionais, quer seja do NAPNE ou do corpo docente.

Para capacitação destes profissionais, ocorrem Jornadas Pedagógicas e oficinas ao longo do semestre. O NAPNE e o Núcleo de Apoio Pedagógico e Andragógico - NAPA, são os responsáveis pela capacitação continuada.

Práticas de *Benchmarking* (busca das melhores práticas de gestão), são realizadas principalmente com as ONG's e instituições voltadas para o acompanhamento autistas.

4.4 O olhar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) foi criado pela Portaria nº 292/2008/GAB/Campus Palmas, sendo um órgão institucionalizado por intermédio do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP.

Localizado no Bloco 14, sala 01, do Campus Palmas, seu objetivo é a implantação e a consolidação de políticas inclusivas no IFTO, com vistas a garantir o acesso e a permanência do estudante com necessidades educacionais específicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Com objetivo de analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas, o questionário presente no apêndice B deste estudo foi enviado ao NAPNE no 2º semestre de 2023, que o respondeu, demonstrando o cuidado do núcleo com o tema.

A equipe do NAPNE é formada por uma pedagoga, dois especialistas em atendimento educacional especializado, uma especialista em autismo e oito intérpretes de Libras. Esta equipe tem como objetivo orientar o colegiado e promover atendimento ao estudante com deficiência em suas necessidades específicas em parceria intersetorial e com a família.

Segundo o núcleo, em 2023/02 havia quatro casos diagnosticados e outros três em fase de avaliação. O diagnóstico é realizado em clínica especializada, por meio de avaliação comportamental, através de equipe multidisciplinar, formada por: psiquiatra, neurologista, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeuta ocupacional, sendo a família responsável por arcar com os custos do diagnóstico, transporte e acompanhamento do aluno na clínica. O Núcleo oferece apoio pedagógico dentro da instituição.

Após o diagnóstico clínico, ocorre o encaminhamento para terapias de acordo com a necessidade de suporte apresentada. Geralmente, os procedimentos pós diagnóstico seguem em tratamento medicamentoso e não medicamentoso (exemplo de tratamento não medicamentoso: sessões com terapeuta ocupacional, com fonoaudiólogo, com psicólogo, etc) todos ofertados pelas clínicas especializadas.

Ao realizar o diagnóstico, a equipe clínica recomenda a utilização de terapias que devem ser específicas a cada caso, considerando que o autismo é um espectro

singular a cada indivíduo. A coordenação das ações desenvolvidas pela equipe envolve familiares e a área pedagógica (por meio de diálogo entre setores administrativos), e coordenações de curso as quais o estudante está matriculado, além de escuta familiar, quando necessário, e atendimento individualizado.

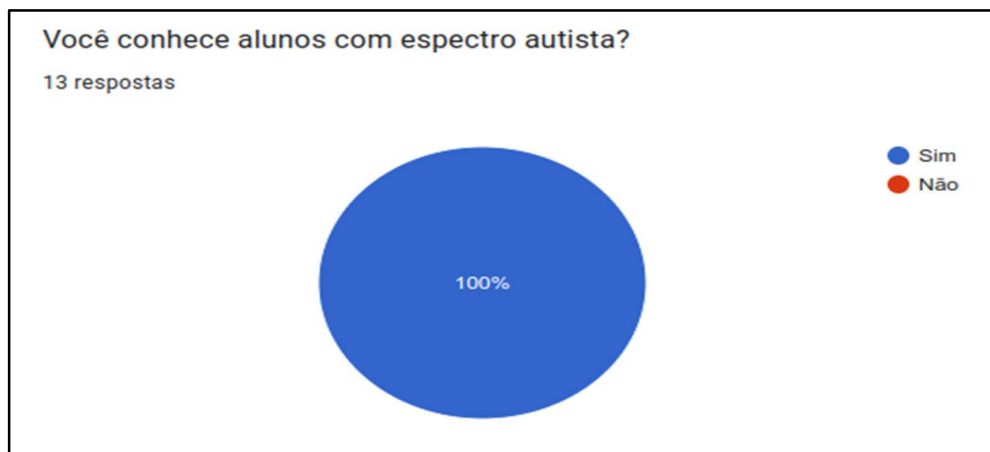
As rotinas desenvolvidas para o acompanhamento dos casos são: acompanhamento em sala de aula por especialista, escuta e orientação aos professores e aulas de revisão para os estudantes do ensino médio. Sempre que houver necessidade, a equipe realiza reuniões com a família, além de promover capacitações semestrais para professores e técnicos administrativos.

O acompanhamento sobre a evolução dos diagnósticos é realizado no âmbito externo em clínicas especializadas, sendo que Campus Palmas não adota práticas já desenvolvidas por outras instituições para melhorar o acompanhamento.

4.5 O olhar dos professores

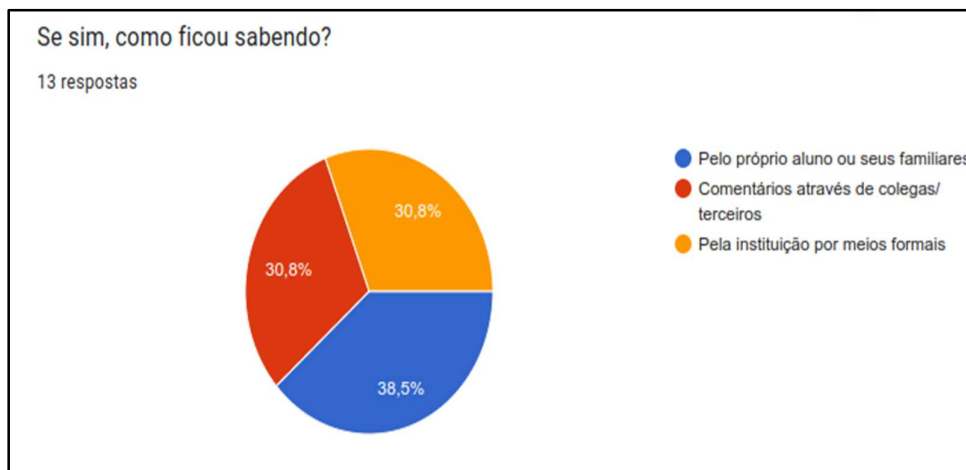
O questionário aos professores foi enviado por *e-mail*, utilizando o *google* formulários. Dos 115 professores questionados, apenas 13 responderam.

Figura 2



Fonte: Elaborado pelo autor

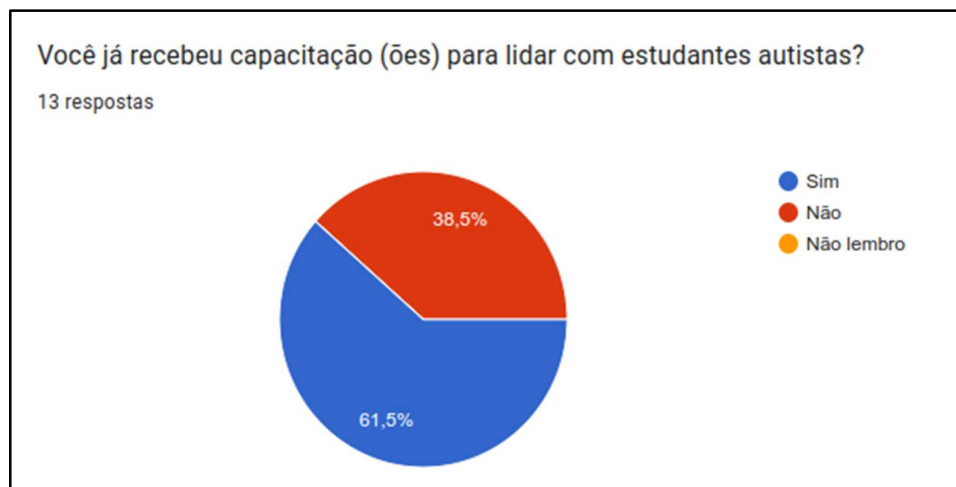
Figura 3



Fonte: Elaborado pelo autor

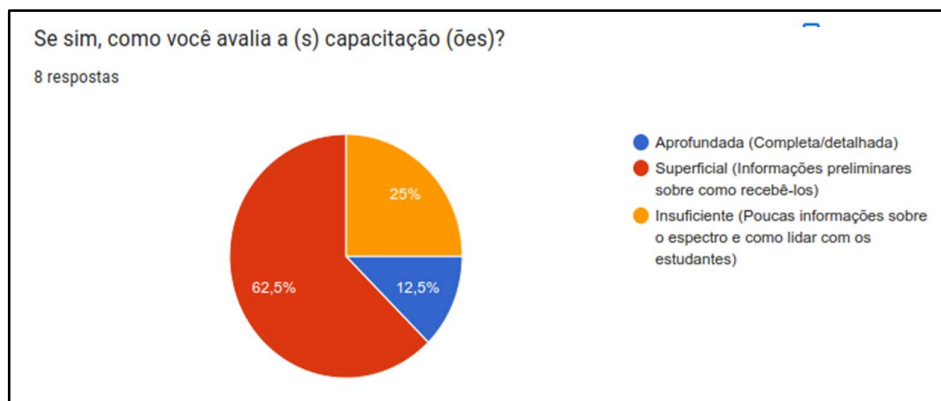
Dos 13 respondentes, todos conhecem alunos com TEA, fato que mostra como a diagnose cresce. Ficou evidente na pesquisa que a informação sobre os alunos que possuem tal condição parte tanto deles próprios/familiares (38,5%), quanto dos colegas/terceiros (30,8%), ou da própria instituição (30,8%). Infere-se que ainda não há uma comunicação oficial do IFTO para os professores sobre esta condição.

Figura 4



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 5



Fonte: Elaborado pelo autor

Para que se possa lidar de forma positiva com os estudantes é necessário preparar os professores com capacitações. Entretanto, apenas 61,5% fizeram capacitações, e destes, 62,5% informaram que estas eram superficiais; outros 25% consideraram insuficientes; e apenas 12,5% consideraram aprofundadas.

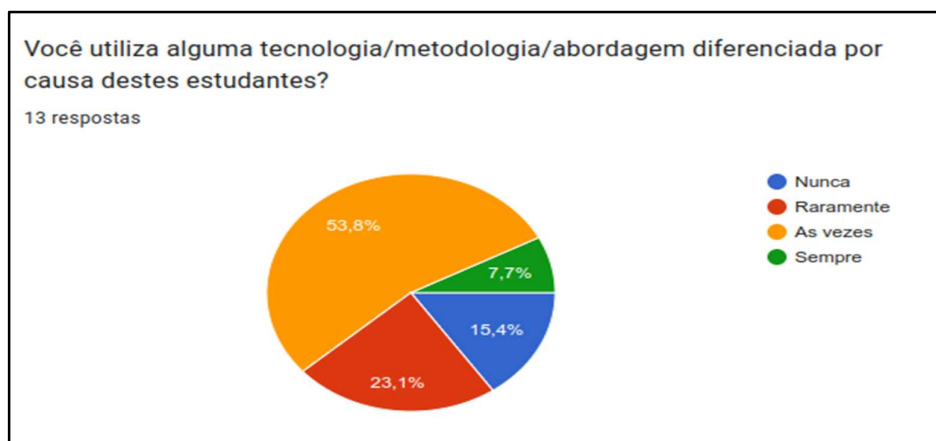
Figura 6



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Benchmarking*, que é crucial para conhecer instituições que já trabalham com estudantes autistas, infelizmente não é uma prática para a maioria dos professores. Isso demonstra que a instituição precisa aperfeiçoar suas políticas para ajudar os seus docentes a visitarem e vivenciarem as melhores práticas em outras instituições.

Figura 7



Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o uso de tecnologias, metodologias e/ou abordagens diferenciadas, cerca de 54% dos professores as utilizam as vezes, 15% nunca utilizam, e apenas 8% sempre utilizam.

Dentre as metodologias ativas utilizadas pelos professores foram citadas: gamificação do conteúdo, uso do *Kahoot*; redução de imagens e cores nos *slides* e redução dos estímulos sonoros nas aulas; ferramentas digitais; organização das duplas ou grupos de trabalho para melhor interação; e a elevação do tempo para realizarem as avaliações, além de atividades adaptadas, com vocabulário adequado a cada especificidade, assim como a abordagem do conteúdo.

Para além destes, alguns alunos necessitam de explicação do conteúdo de forma individualizada. Um fator importante é o trabalho na adaptação escolar, que foi citado como um fator que impactou na concentração de um aluno, ou seja, quando este se sentiu integrado, conseguiu ter concentração para as atividades em sala de aula. Já o aluno com altas habilidades bastou apenas dar flexibilidade para ele ir além das expectativas.

Foi citado que no ano de 2023 houve o desenvolvimento de um projeto de pesquisa "Metodologias de Ensino de Matemática para Alunos com Transtorno do Espectro Autista no IFTO, campus Palmas: mapeamentos e inclusão" que foi aprovado no PIPFEM - EDITAL Nº 18/2023: PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PESQUISA - SYLMARA BARREIRA - Edital de Pesquisa.

O projeto foi vinculado a outro denominado "Metodologias de Ensino de Matemática: Educação Inclusiva". A proposta envolveu pesquisa e ensino de Matemática, cujas práticas pedagógicas voltaram-se aos alunos diagnosticados (com laudo médico) como autistas. Foram desenvolvidas tutorias com uma professora de Matemática por meio de aulas de reforço.

Foram trabalhadas metodologias de ensino diferenciadas em sala de aula como o uso de materiais manipuláveis, o uso de recursos digitais, o uso de softwares de ensino de Matemática e materiais didático-pedagógicos.

Figura 8



Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere ao cuidado dos demais estudantes, ficou evidenciado que a percepção é de que estes, em parte, procuram apoiar os colegas autistas.

Por fim, deixamos aberto para comentários, críticas ou sugestões sobre como o Campus Palmas do IFTO pode evoluir na política de inclusão dos estudantes autistas na instituição, aos quais seguem abaixo:

Comentário professor 1: “Os professores devem ser comunicados formalmente pela Cotepe e receber instruções de como lidar com os estudantes autistas.”

Crítica professor 2: O IFTO está muito longe de ser uma instituição inclusiva. Nós, docentes, não somos informados formalmente da existência dos estudantes autistas. Não há PEI, Plano de Ensino Individualizado, e há falhas inclusive de comunicação, pois os professores relatam não ter conhecimento de alunos com TEA, fato este constatado também em reuniões e conselhos. Não há um protocolo de procedimentos, e no documento sobre política de inclusão não há um setor com a

responsabilidade da informação sobre alunos especiais. Não há um documento/regulamento específico no campus Palmas para acompanhamento do estudante com TEA.

Além disso, documento sobre política de inclusão indica a necessidade de fazer uma avaliação diagnóstica do estudante e um encaminhamento ao NAPNE, para acompanhamento individualizado, e isso desde o início da vida escolar do aluno, o que nunca vi ser realizado aqui na instituição. O documento fala ainda que esta avaliação deve ser feita por equipe multiprofissional composta por pedagogo, psicólogo, psicopedagogo, enfermeiro, terapeuta ocupacional, assistente social, fisioterapeuta, professor de AEE, e na ausência de algum desses profissionais, o IFTO deve criar meios de suprir as necessidades. Isto resulta geralmente em um desempenho insuficiente do estudante no IFTO.

O bom rendimento por vezes ocorre em algumas disciplinas e alguns alunos apenas quando o professor demonstra habilidade individual em lidar com o estudante, seja por boa vontade, iniciativa própria, facilidade com o conteúdo, por ter o conhecimento do TEA de forma antecipada, etc., em disciplinas que também tem suporte paralelo, pelo NAPNE quando solicitado pelo professor, e outros acompanhamentos, como projeto de pesquisa e extensão, ou até por habilidade individual do aluno.

Uma mudança estrutural na forma de acompanhamento destes estudantes seriam benéficas não só para os estudantes com TEA, mas para toda a comunidade escolar, alunos, professores, equipes pedagógicas e de ensino, e ao IFTO frente à sociedade enquanto instituição verdadeiramente inclusiva, não só por iniciativa individual de professores, pelo esforço dos pouquíssimos profissionais do NAPNE, pelo esforço individual do aluno e da família (mesmo sendo tudo isso importante), mas pela aplicação de fato da sua POLÍTICA DE INCLUSÃO dos estudantes com TEA e outros transtornos e deficiências.”

Sugestão professor 3: “O NAPNE deveria ter uma oficina de plantão para auxiliar os professores com estudantes autistas no planejamento das aulas, na preparação dos recursos didáticos e elaboração das avaliações, até porque na mesma turma temos estudantes com necessidades conflitantes, as orientações para o estudante autista em alguns casos são contrárias ao estudante surdo por exemplo, enquanto um requer redução de imagens o outro necessita de muitas imagens. Outro aspecto é que o IFTO só deveria abrir o número de vagas proporcional a capacidade de suporte e atendimento, por exemplo, se temos apenas 5 AEE deveríamos abrir 5 vagas para estudante autista.”

Sugestão professor 4: “Palestras de conscientização; capacitação dos servidores em metodologias e avaliação para estudantes autistas; promover a participação direta da família no processo educativo.”

Crítica professor 5: “Deveria começar pela prova de seleção, o processo seletivo é excludente pois alunos com TEA possuem comorbidades como TDAH e não conseguem permanecer tanto tempo fazendo uma prova de seleção sentados em um ambiente cheio de estímulos com perguntas com muitas informações e linguagem figurada. O IF também deveria ter parceria para auxiliar no diagnóstico dos alunos que apresentam dificuldade mas não estão laudados. E providenciar mais profissionais para acompanhar em sala de aula e auxiliar os professores na adaptação das aulas e materiais.”

Sugestão professor 6: “Rodas de conversas com as turmas nos quais tem alunos atípicos. Temos no campus Psicólogas e Pedagogos que poderiam conversar mais com as turmas sobre o assunto. Para os alunos terem mais empatia. Atuação também junto aos professores da turma, para auxiliar na adaptação escolar quando necessário. Cursos de capacitação de como fazer a adaptação escolar, mostrando a importância do atendimento individualizado e diferenciado.”

Sugestão professor 7: “Continuar promovendo Capacitações e Oficinas, e promover à Servidores e Estudantes, mais conhecimento e ferramentas, capazes de colaborar cada vez mais com a inclusão de estudantes autistas.”

Comentário professor 8: “Pela pesquisa desenvolvida no ano de 2023 posso afirmar com veemência: Deve-se mapear os estudantes com autismo; cada professor, de acordo com a sua própria área ou área interdisciplinar pode desenvolver estratégias de ensino que contemplem estes estudantes; a instituição precisa dar mais ênfase ao tratamento para com estes estudantes, como o desenvolvimento de políticas públicas, palestras de conscientização e intervenção psicológica, acompanhamento pedagógico junto a cada professor, além de fomentar políticas de inclusão e atividades que incluam estes estudantes uma vez que são amparados por lei e são pessoas com deficiência, por isso merecem respeito no ambiente socioeducacional no qual estão inseridos.”

4.6 Considerações finais sobre os dados apresentados e discutidos

Um ambiente escolar preparado impacta positivamente no desempenho de um estudante autista. Para isso, é preciso capacitação, cuidado e recursos financeiros.

Após analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no campus palmas, foi possível perceber que a instituição procura se preparar da melhor forma, considerando que os recursos são escassos, para ofertar um ensino de qualidade a estes estudantes.

Os dados apresentados e discutidos neste capítulo enunciaram as principais legislações sobre o tema no Brasil, sendo as mais importantes: Lei que assegura um salário mínimo por mês para famílias do CadÚnico com filhos com TEA; Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Lei que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e Lei que reserva vaga de estacionamento exclusiva para autistas em Palmas - TO.

Por mais que o número de autistas (13) seja pequeno em relação ao número de estudantes (3372), entendemos que os dados são subestimados, já que no período da pesquisa houve um aumento de quase 90% na diagnose.

O IFTO possui boa estrutura física, mas não adaptada especificamente, por diversas razões. Entretanto, o NAPNE atende com maestria os estudantes com

necessidades específicas, algo que mostra a preocupação da instituição no cuidado a todos os seus estudantes.

Existem Jornadas Pedagógicas e oficinas ao longo do semestre para aperfeiçoar os profissionais da instituição.

Por mais que na cidade de Palmas tenha escolas que sejam inclusivas para estudantes com TEA, nenhuma com a estrutura e o tamanho do IFTO – Campus Palmas consegue atender de forma positiva como nossa instituição consegue.

Finalmente, com a escassez de recursos financeiros, a gestão procura entregar o melhor ensino com as limitações orçamentárias enormes que existem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, pode ser definido como um distúrbio de neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, *déficits* na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados.

O crescimento do número de estudantes com autismo é uma realidade que requer das instituições de ensino mudanças nas metodologias para não excluir estes alunos do contexto escolar. Assim, não basta diagnosticar, é preciso incluir e otimizar o ensino.

Neste sentido, esta pesquisa buscou analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas, com o intuito de contribuir de forma positiva no melhoramento das práticas e mudar o *status quo* da instituição.

Assim, foram apresentadas várias legislações que podem contribuir com a instituição, sendo a mais relevante a Lei n. 12.764/12 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista.

No que se refere ao número de casos, eram 7 no 2º semestre de 2023, 9 no 1º semestre de 2024 e 13 no 2º semestre de 2024, um aumento de quase 90% no números de diagnósticos.

A estrutura física do instituto não é adaptada aos estudantes, porém o NAPNE busca, da melhor forma possível, apoiar os alunos da instituição.

Por mais que existam capacitações, estas ainda são, em sua maioria, superficiais ou insuficientes, além de não ocorrer práticas constantes de *benchmarking*.

As metodologias utilizadas por professores são variadas, incluindo gamificação do conteúdo, ferramentas digitais, elevação do tempo para realização das avaliações, entre outros.

Como sugestão para pesquisas futuras, será importante trazer o olhar das famílias e dos próprios estudantes para que os dados sejam mais completos e mostrem o olhar destes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Aplicativo educacional ABC Autismo tem quase 40 mil downloads**, 2015. Disponível em: < agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2015-11/aplicativo-educacional-abc-autismo-tem-quase-40-mil-downloads/https >. Acesso em: 10 abril. 2023.

ANTUNES, Katiúscia Cristina Vargas. **Uma leitura sociológica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BEAVER, Christopher. ***Designing environments for children and adults on the autism spectrum***. Good Autism Practice, 2011.

BROWNLEE, John. **Como projetar para autismo**. Crônica Autista: Notícias da Gente Autista, 2016.

CAMÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019 - Publicação Original**. Disponível em: < www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13861-18-julho-2019-788841-publicacaooriginal-158748-pl.html/https >. Acesso em: 10 março. 2023.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/https >. Acesso em: 30 março. 2023.

FERNANDES L. A.; Gomes, J. M. M. **Relatório de pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação**. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

ELALI, Gleice Azambuja. ***Psychology and Architecture: looking for the interdisciplinary locus***. Estudos de Psicologia: Natal, v. 2, n. 2, p. 349-362, 1997.

CUNHA, Rafael Moreira. **Software AieLLO para crianças com autismo**, 2015. < especiaismomentos.com.br/2015/06/02/jogo-ajuda-na-educacao-de-criancas-com/https > Acesso em: 11 Abril. 2023.

GENIAL CARE. **Metodologias ativas: como essa prática estimula o aprendizado do autista na adolescência?**, 2023. Disponível em: < www.genialcare.com.br/blog/metodologias-ativas/https >. Acesso em: 24 maioo. 2023.

GENIAL CARE. **Qual a prevalência do autismo no Brasil?**, 2022. Disponível em: < www.genialcare.com.br/blog/prevalencia-do-autismo-no-brasil/https >. Acesso em: 20 fevereiro. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL, **Novos critérios diagnósticos de autismo – TEA na CID-11 e DSM-5-TR**, 2025. Disponível em: < institutoinclusaobrasil.com.br/novos-criterios-diagnosticos-de-autismo-tea-na-cid-11-e-dsm-5-tr/https >. Acesso em: 18 fevereiro. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Definição - Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança**, 2022. Disponível em: < www.linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/https >. Acesso em: 21 fevereiro. 2023.

NEUROSABER, **Os níveis de intensidade do autismo: leve, moderado e severo**, 2022. Disponível em: < www.institutoneurosaber.com.br/os-niveis-de-intensidade-do-autismo-leve-moderado-e-severo/#/https >. Acesso em: 13 junho. 2023.

PAIVA JR, Francisco. **Quantos autistas há no Brasil?** Canal Autismo, São Paulo, 2019. Disponível em: www.canalautismo.com.br/noticia/quantos-autistas-ha-no-brasil/https >. Acesso em: 10 março 2023.

PROTAGONISMO DIGITAL. **SCAI Autismo**. 2023. Disponível em: www.protagonismodigital.sed.ms.gov.br/odas/scai-autism//https >. Acesso em: 13 abril 2023.

REDE D'OR. **Como são os sinais do autismo?**, 2022. Disponível em: < www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/autismo/https >. Acesso em: 10 março. 2023.

REVISTA GALILEU. **Diagnóstico de autismo aumenta 22% em dois anos nos EUA**. 2023. Disponível em: < www.revistagalileu.globo.com/saude/noticia/2023/04/diagnostico-de-autismo-aumenta-22percent-em-dois-anos-nos-eua.ghtml/https >. Acesso em: 03 abril. 2023.

SMART SHOOOL. **Como a tecnologia pode ajudar crianças com autismo na sala de aula**, 2023. Disponível em: < www.smartschool.com.br/conteudos/como-a-tecnologia-pode-ajudar-criancas-com-autismo-na-sala-de-aula/https >. Acesso em: 03 abril. 2023.

TISMOO. **Exames**, 2023. Disponível em: < www.tismoo.us/exames/https >. Acesso em: 13 Junho. 2023.

TUA SAÚDE. **Equoterapia: o que é, quando é indicada, benefícios e como é feita**. 2022. Disponível em: < www.tuasaude.com/equoterapia/https >. Acesso em: 10 março. 2023.

TURATO, E. G. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Lizandra Garcia Lupi; TRONCOSO, Marcia Urbano; RODRIGUES, Gabriela Vargas. **Acessibilidade entre mundos: uma arquitetura mais inclusiva aos autistas**. In: VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído / VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, ENEAC. 2018. Anais... Fortaleza: UFC, 2018. Disponível em: < www.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2018/043.pdf/http >. Acesso em: 23 de março. 2023.

Walsh MB. **The Top 10 Reasons Children With Autism Deserve ABA**. Behavior Analysis in Practice. 2011;4(1):72-79. doi:10.1007/BF03391777. Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3196209/> > Acesso em: 23 de março. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. Bookman, São Paulo, 2001.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM A GESTÃO DO IFTO CAMPUS PALMAS

Objetivo da pesquisa: Analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas

Elaborado por: Cássio Henrique Rodrigues Alves

Orientado por: Luiz Antônio Lopes Toledo

Entrevistado: Direção geral do IFTO campus Palmas

1 – A direção do IFTO – Campus Palmas conhece a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista?

R:-----

2 – O instituto adota as diretrizes básicas desta política?

R:-----

3 – Se sim, quais diretrizes são adotadas?

R:-----

4 - Como é feita a avaliação de cada diretriz?

R:-----

5 – Segundo o Artigo 3º Parágrafo único desta lei “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. A gestão tem conhecimento de alunos que necessitam deste cuidado especial? Quantos são?

R:-----

6 – O mesmo artigo traz o seguinte texto: “Art. 3º-A. É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social”. O instituto já tem em seus dados quantos alunos utilizam esta carteira? São realizadas mobilizações para instigar os alunos a fazerem a referida carteira?

R:-----

7 – O Campus Palmas possui recursos financeiros específicos para esta política?

R:-----

8 – No IFTO – Campus Palmas existe estrutura física para os estudantes autistas que demandem atendimento especial?

R:-----

9 – As salas de aula do Campus Palmas estão preparadas com recursos que possibilitem o aprendizado efetivo destes estudantes?

R:-----

10 – Aqui no campus há um plano de capacitação para os profissionais envolvidos?

R:-----

11 – O IFTO – Campus Palmas realiza Benchmarking (busca das melhores práticas de gestão) com outras instituições?

R:-----

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**, desenvolvida por Cássio Henrique Rodrigues Alves, discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, sob orientação do Professor Msc. Luiz Antônio Lopes Toledo.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é **analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas**.

Por que o participante está sendo convidado

“O convite a sua participação se deve à sua participação no processo de gestão (Apêndice A) ou o envolvimento direto no acompanhamento dos estudantes (Apêndice B e C)”.

“Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.”

“Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.”

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

“Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.”

“A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.”

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

“As entrevistas e questionários serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o discente e o professor orientador”.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/12.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Exemplo: “Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese”.

Nome e Assinatura do Pesquisador

LOCAL E DATA

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Contatos: Tel: (63) 99289-8070 Email: cassiohra@gmail.com

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AO NAPNE - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Objetivo da pesquisa: Analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas

Elaborado por: Cássio Henrique Rodrigues Alves

Orientado por: Luiz Antônio Lopes Toledo

Entrevistados: Equipe do NAPNE

1 – Como é formada a equipe do NAPNE? Qual o objetivo da equipe?

R:-----

2 – Existem casos de estudantes autistas no O IFTO – Campus Palmas? Se sim, quantos são?

R:-----

3 – Como é feito o diagnostico? Este é realizado por uma equipe multidisciplinar?

R:-----

4 – Que tipo de encaminhamento é realizado após o diagnóstico?

R:-----

5 – Existem protocolos definidos para tratar dos casos?

R:-----

6 – Como o NAPNE coordena as ações desenvolvidas junto aos estudantes autistas, envolvendo seus familiares e a área pedagógica?

R:-----

7 – Quais rotinas são desenvolvidas para o acompanhamento dos casos?

R:-----

8 - Há reuniões com a família e os profissionais envolvidos? Em que situações?

R:-----

9 – Há capacitações para a equipe do NAPNE? Com que frequência?

R:-----

10 – Existe profissionais contratados especificadamente para lidar com autistas?

R:-----

11 – Há sala de apoio para autistas?

R:-----

12 – Há um acompanhamento sobre a evolução dos diagnósticos (crescimento/redução)?

R:-----

13 – O Campus Palmas adota práticas já desenvolvidas por outras instituições para melhorar o acompanhamento?

R:-----

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**, desenvolvida por Cássio Henrique Rodrigues Alves, discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, sob orientação do Professor Esp. Luiz Antônio Lopes Toledo.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é **analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas**.

Por que o participante está sendo convidado

“O convite a sua participação se deve à sua participação no processo de gestão (Apêndice A) ou o envolvimento direto no acompanhamento dos estudantes (Apêndice B e C)”.

“Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.”

“Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.”

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

“Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.”

“A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.”

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

“As entrevistas e questionários serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o discente e o professor orientador”.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/12.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Exemplo: “Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese”.

Nome e Assinatura do Pesquisador

LOCAL E DATA

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Contatos: Tel: (63) 99289-8070 Email: cassiohra@gmail.com

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

Objetivo da pesquisa: Analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas

Elaborado por: Cássio Henrique Rodrigues Alves

Orientado por: Luiz Antônio Lopes Toledo

Entrevistado: Professores do ensino médio núcleo básico

1 – Você conhece alunos com espectro autista?

☐ Sim ☐ Não

2 – Se sim, como ficou sabendo?

☐ Pelo próprio aluno ou seus familiares

☐ Comentários através de colegas/terceiros

☐ Pela instituição por meios formais

☐ Outros -----

3 – Você já recebeu capacitação (ões) para lidar com estudantes autistas?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não lembro

4 – Se sim, como você avalia a (s) capacitação (ões)?

☐ Aprofundado (Completo/detalhado)

☐ Superficial (Informações preliminares sobre como recebê-los)

☐ Insuficiente (Poucas informações sobre o espectro e como lidar com os estudantes)

☐ Outros -----

5 – Você conhece ou já visitou instituições de ensino preparados para receber estudantes autistas?

☐ Sim ☐ Não

6 – Você utiliza alguma tecnologia/metodologia/abordagem diferenciada por causa destes estudantes?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ As vezes ☐ Sempre

7 – Qual (is)? Como é)

R:-----

8 – Percebe se os demais estudantes tratam os autistas de forma cuidadosa/afetuosas/especial?

() Sim,muito comum () Sim,poucas vezes () Não

9 – Deixe aqui seu comentário, crítica ou sugestão sobre como o Campus Palmas do IFTO pode evoluir na política de inclusão dos estudantes autistas do IFTO Campus Palmas?

R:-----

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS PALMAS**, desenvolvida por Cássio Henrique Rodrigues Alves, discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, sob orientação do Professor Msc. Luiz Antônio Lopes Toledo.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é **analisar a política pública de inclusão de estudantes autistas no IFTO – Campus Palmas**.

Por que o participante está sendo convidado

“Você está sendo convidado para participar desta pesquisa por ser professor (a) e pela possibilidade de ter alunos (as) autistas”.

“Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.”

“Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestada”.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

“Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.”

“A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.”

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

“As entrevistas e questionários serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o discente e o professor orientador”.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/12.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Exemplo: “Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese”.

Nome e Assinatura do Pesquisador

LOCAL E DATA

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Contatos: Tel: (63) 99289-8070 Email: cassiohra@gmail.com